

**Ata da 2.^a Sessão Extraordinária da
Assembleia da União de Freguesias de
Cascais e Estoril**

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASCAIS E ESTORIL

Largo Cidade Vitória

2750-319 CASCAIS

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis realizou-se, pelas vinte e uma horas, no Largo Cidade Vitória, Cascais, uma **Sessão Extraordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril**, convocada nos termos legais, e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- PONTO 1 – PROPOSTA 49-A/2026 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DOS SEGUROS;
- PONTO 2 – PROPOSTA 50-A/2026 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO DE COMBUSTÍVEL PARA A FROTA DA FCE;
- PONTO 3 – PROPOSTA 51-A/2026 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA ALUGUER DE EQUIPAMENTO DE MULTIFUNÇÕES (IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO) PARA OS SERVIÇOS DA FREGUESIA.

A sessão foi presidida pelo seu Presidente, Senhor Dr. Manuel Basílio de Castro, e secretariada pelos senhores António Manuel da Silva e Patrícia Cristina Martins Salgueiro, 1.º e 2.ª Secretários da Mesa, respetivamente.

Participaram, em conformidade com a "Lista de Presenças", para além dos acima mencionados, os seguintes Membros da Assembleia:

- Manuel Ramos Lopes (PPD/PSD)
- Vasco Prata Palha (PPD/PSD)
- José Alberto Ferreira Alves (PPD/PSD)
(*Em substituição de Maria Gabriela de Viterbo Pitta Gouveia*)
- Bruno Manuel Garcia Aragão Andrea Soares (PPD/PSD)
- Jaime Giro Ayash (CDS-PP)
(*Em substituição de João Miguel Gomes de Almeida Telles Ferreira*)
- Luís Miguel Ferreira Lima (CDS-PP)
- Nuno Miguel Reihnard Martin (JONET)
- Vasco Fernando Soares Marques Pereira (JONET)
(*Em substituição de Teresa Costa Campos Lopes Alves de Noronha*)
- João Paes de Sande e Castro (JONET)
- Solange Marisa Ribeiro (JONET)
(*Em substituição de Maria Ana de Telles Machado Morais de Barros*)
- Duarte de Andrade Mendes de Abreu Loureiro (CHEGA)
- Duarte Manuel Santos Margarido Rei (CHEGA)
- Bruna Rodrigues Vicente (CHEGA)
- Maria João Fialho Gouveia (PS)
- Joana Zagury Teotónio Pereira (PS)
(*Em substituição de Diogo Maria de Espinhal Torres*)
- Álvaro da Costa Cabral e Gil (IL)
- Carlos Manuel do Carmo Martins Mesquita (IL)
- Ana Filipa Alfaia Marques Abraham-James (LIVRE)

Depois de declarada aberta a sessão, os trabalhos decorreram como se descreve em seguida.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Boa noite a todos.

Vamos dar início à nossa Assembleia. Peço a vossa atenção, vamos dar início à nossa Assembleia de Freguesia.

Boa noite a todos. Queria cumprimentar o Sr. Presidente do Executivo, cumprimentar todo o Executivo, cumprimentar todos os membros da Assembleia, e os membros do público.

Como sabem, hoje é uma sessão extraordinária. Neste contexto, a Assembleia Extraordinária não tem período de antes da ordem do dia, mas tem um período aberto ao público. Caso haja alguém que queira tomar a palavra sobre assuntos da freguesia, aceitamos inscrições.

Tirando isso, vou recordar novamente que, quando tomarem a palavra, para se identificarem com o vosso nome e com o vosso Partido.

E sendo uma sessão extraordinária, temos uma ordem do dia limitada, mas que nos dá tempo suficiente para discutir os assuntos em profundidade. Para isso vos convido.

Como sabem, tudo o que é dito na Assembleia fica registado, por gravação direta de todas as vossas intervenções, assim como também da Mesa. E portanto, estejam à vontade.

Vou dar, então, início à sessão, começando por ler a convocatória.

“Convocatória da 2.ª Sessão Extraordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril.

Nos termos da alínea d) do art.º 14.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dando cumprimento ao disposto no art.º 11.º da mesma Lei, convoca-se a 2.ª Sessão Extraordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril, a realizar no dia 19 de fevereiro de 2026, pela vinte e uma horas, no Largo Cidade Vitória, em Cascais, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto n.º 1, Proposta 49-A – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para abertura de concurso público de aquisição de serviços na área dos seguros;

Ponto n.º 2, Proposta 50-A – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para abertura de concurso público de combustível para a frota da FCE;

Ponto n.º 3, Proposta 51-A – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para abertura de concurso público para aluguer de equipamento de multifunções (impressão, cópia e digitalização) para os serviços da Freguesia.”

Convocatória de dia 4 de fevereiro de 2026.

Penso que se não houver, da parte do Sr. Presidente da Junta, nem dos membros da Assembleia, penso que dadas as condições das três propostas, que poderíamos fazer uma discussão em conjunto, e depois, uma votação em separado. Caso ninguém se oponha, assim faremos.

Sr. Presidente da Junta, quer apresentar os pontos?

Sr. Presidente, se me der licença, só para ler as substituições, para que a parte administrativa fique mais completa. Só para vos dar ideia das presenças, nós temos, neste momento, os vinte e um (21) elementos que compõem a nossa Assembleia presentes, com as seguintes substituições: Maria Gabriel de Viterbo Pitta Gouveia, do PSD, está substituída por José Alberto Ferreira Alves; João Miguel Gomes de Almeida Telles Ferreira, do CDS-PP, está substituído por Jaime Giro Ayash; Maria Ana de Telles Machado Morais de Barros, do Grupo "Cascais para Viver", está substituída por Solange Marisa Ribeiro; e pelo Partido Socialista, Diogo Maria de Espinhal Torres está substituído por Joana Zagury Teotónio Pereira; Teresa Costa Campos Lopes Alves de Noronha Andrade, do Grupo "Cascais para Viver", está substituída por Vasco Fernando Soares Marques Pereira.

Disse.

--- Presidente do Executivo ---

Sr. Presidente, com a devida autorização, cumprimentá-lo a si, a toda a Mesa, uma nota de agradecimento pela convocatória de mais uma Assembleia Extraordinária, todos os Srs. e Sras. Deputadas, público aqui presente, sintam-se todos cumprimentados.

Aproveitando esta discussão conjunta dos três pontos, que é verdade, numa primeira análise, podem parecer técnicos ou administrativos, mas que na realidade são absolutamente estruturantes para aquilo que é o funcionamento da Junta de Freguesia de Cascais e do Estoril e, acima de tudo, pela qualidade, e daquilo que é a capacidade de prestar um serviço, todos os dias, à nossa população.

A convocatória fala em autorizações prévias para assuntos e compromissos plurianuais, em três áreas fundamentais: os seguros, fornecimento de combustível para a frota da Junta de Freguesia, e o aluguer de equipamento de multifunções, também essenciais, por motivos óbvios, aos serviços da Junta de Freguesia.

Eles têm algo em comum, estes três pontos, não são, de todo, despesas acessórias, são instrumentos de trabalho essenciais para que a Junta, naturalmente, possa cumprir a sua missão.

Começo, naturalmente, por apresentar os seguros. A Junta de Freguesia gere, no seu património, equipamentos, viaturas, atividades com crianças, jovens, idosos, associações, trabalhadores e voluntários, acima de tudo gere risco todos os dias. Ter seguros adequados não é apenas uma exigência legal; é um ato de responsabilidade pública e institucional. É garantir que protegemos pessoas, bens públicos e recursos

financeiros da freguesia, prevenindo situações que poderiam comprometer seriamente a nossa capacidade de resposta.

Em segundo lugar, os combustíveis para a frota da Junta. As nossas viaturas não são um fim em si mesmas, são um meio através do qual cuidamos do espaço público, com a deslocação daquilo que são as equipas de manutenção do espaço público, apoiamos eventos, damos resposta social, transportamos equipamentos, apoiamos escolas, IPSS's, coletividades, e toda a população em geral, com a resposta daquilo que são as nossas viaturas – e escusado será dizer, uma vez que não possuímos viaturas elétricas, sem combustível não nos conseguimos movimentar.

Aprovar este compromisso é garantir que os serviços de proximidade, nomeadamente que através do transporte o conseguimos obter, continuam a chegar onde são necessários, também todos os dias.

Em terceiro lugar, o equipamento de impressão, de cópia e digitalização. Pode parecer um tema menor, mas não é. Estes equipamentos são essenciais ao funcionamento administrativo da Junta, ao atendimento público, à tramitação de processos sociais, educativos, urbanísticos e financeiros, são ferramentas que permitem que a Junta funcione, com eficiência, com rigor e resposta célere às necessidades das pessoas.

Posto isto, importa sublinhar um ponto que este Executivo considera absolutamente essencial e de clarificar junto desta Assembleia, a forma como escolhemos contratar.

Apesar de os valores associados – e gostaria de reforçar isto – apesar de os valores associados a estes procedimentos permitirem, nos termos da Lei da Contratação Pública, o recurso a procedimentos mais simples, como a consulta prévia a um número limitado de entidades – que, como sabem, da derivação da Lei da Contratação Pública, no mínimo a três entidades – este Executivo faz uma opção clara e consciente em optar pelo concurso público.

E essa opção fundamenta-se, essencialmente, por três motivos: primeiro, porque os procedimentos com prazos de execução mais longos e contratos plurianuais permitem uma gestão mais eficiente – parece-me básico e um princípio, que uma coisa é estar a negociar para doze meses, outra é estar a negociar para trinta e seis – e, acima de tudo, dá-nos previsibilidade orçamental e estabilidade operacional à Junta de Freguesia.

Segundo, porque o concurso público promove a concorrência real do mercado, e essa concorrência traduz-se tendencialmente em melhores propostas e preços mais baixos, protegendo aquilo que é o erário público.

Terceiro, e talvez mais importante, porque o concurso público é uma afirmação inequívoca de transparência, rigor e boa governação, é dizer sem ambiguidades que queremos processos abertos, claros e escrutináveis por todos.

Aquilo que hoje trazemos a esta Assembleia não é apenas um pedido de autorização técnica; é uma declaração política sobre a forma como entendemos a gestão pública ao nível local, responsável, transparente, eficiente e sempre orientada pelo interesse público.

Sabemos que esta opção não é, infelizmente, a regra em muitas Juntas de Freguesia, mas queremos que seja a nossa prática. Queremos que Cascais e Estoril seja um exemplo de como se gerir bem, com ambição, mas também com prudência e respeito por aquilo que são os recursos de todos nós, os nossos impostos.

Nesse sentido, a aprovação destes pontos é essencial para garantir que a Junta continua a cumprir o seu papel de cuidar do espaço público, no apoio social, na educação, na cultura, no desporto e no apoio transversal a toda a população da freguesia.

Nesse sentido, apelar-vos e mostrar a minha total disponibilidade para sugestões, questões, dúvidas, mas apelar essencialmente ao voto favorável, considerando que tratamos e estamos a tratar de três áreas – seguros, combustível e a questão das fotocópias – que são absolutamente essenciais para trabalharmos todos os dias em prol da Freguesia de Cascais e do Estoril, com responsabilidade, com transparência e com sentido de missão pública.

Por isso, nesse sentido, Sr. Presidente, abordei os três temas, o porquê de o Executivo optar pela opção do concurso público, e não outras, e também aqui penso que, acima de tudo, se trata de uma salvaguarda para todos aqueles que votarão estas propostas de forma favorável.

Portanto, Sr. Presidente, termino assim a minha intervenção.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ainda não tenho ninguém inscrito. Joana, do PS, se faz favor.

--- Joana Pereira (PS) ---

Boa noite a todos. Cumprimento todos os presentes, na pessoa do Sr. Presidente de Mesa.

Tentando ser o mais telegráfica possível – que não é uma característica que me acompanhe, aviso desde já – nesta matéria, importa aqui, em primeiro lugar, dizer que as autorizações de despesa plurianuais são atos de gestão corrente de uma Junta de Freguesia. Todas as Juntas de Freguesia estão a fazê-lo – alias, a grande maioria já os fez, as Assembleias de Freguesia e as Assembleias Municipais.

E nesse sentido, a Assembleia é chamada aqui para responder, já falámos no passado sobre não ter havido um objeto de limitação controlado, desta vez o Executivo fez um esforço para nos tentar apresentar, de

alguma forma, o objeto mais delimitado, e devo fazer aqui algumas questões. No entanto, as despesas aqui faladas, e como referiu, e bem, o Sr. Presidente da Junta, tratam-se de despesas correntes, do dia a dia, da função normal daquilo que é o Executivo – estamos a falar de gasolina, de impressoras e de seguros, não estamos a falar de despesas extraordinárias, não estamos a falar de empreitadas, não estamos a falar de nada que seja extraordinário.

Todos nos submetemos a escrutínio, todos nos submetemos a sufrágio, uns ganharam, outros perderam, não ganhou o que nós gostávamos, no Partido Socialista não ganhou a pessoa que nós queríamos, é uma chatice, mas já passou. E portanto, fazer bloqueio político pelo mero prazer de fazer bloqueio político, é incumprir aquilo que é a nossa função enquanto membros desta Assembleia, que é servir as pessoas, e servir o nosso eleitorado.

Ora, a Junta precisa de carros, precisa de gasolina para os carros andarem, a Junta precisa de seguros para proteger as pessoas, ainda para mais agora, tendo tido a situação de calamidade que nós tivemos, os seguros são cada vez mais importantes. Nós tivemos muitos operacionais no terreno, nós temos aqui muitas situações que precisam de ser acauteladas.

E impressoras, o Estado adora papel, eu não vou mentir, o Estado adora papel, as pessoas também adoram papel, mas elas são necessárias. Quem tem aqui empresas sabe que é preciso, os contratos das impressoras, etc. E portanto, estarmos aqui a fazer uma força de bloqueio, de nada nos serve.

No entanto, cabe a nós, Assembleia, também questionar o Executivo, quando as três propostas – e eu falo das três num todo – não se apresentam com a densificação que é necessária. Estas três propostas – e eu falo das três, porque elas têm as três a mesma linguagem, porque foi inclusivamente a forma como a Mesa as apresentou – não falo sobre o mérito, nem sobre os valores, porque os valores parecem-me dentro daquilo que é adequado para o tipo de procedimento em causa, mas falo da própria estrutura, e da estrutura, acima de tudo, jurídica.

E neste sentido, pergunta-se, em primeiro lugar, no que toca à delimitação do objeto de deliberação, pergunta-se ao Executivo se considera que nesta formulação, na forma como é apresentada, o objeto de deliberação se encontra devidamente delimitado, tendo em conta que esta Assembleia só é competente para autorizar a assunção do compromisso plurianual.

Em segundo lugar, no que toca à separação entre a autorização financeira e a decisão administrativa, nos três documentos esta vertente não é apresentada de uma forma clara. Nesse sentido, pergunta-se ao Executivo se entende que na forma como está redigido, as propostas permitem a esta Assembleia distinguir com clareza o que é autorização financeira plurianual, do que é decisão administrativa de contratar e definir o procedimento.

Em terceiro lugar, a estrutura do pedido de autorização plurianual. As deliberações indicam montantes globais e prazos contratuais, sendo que são a trinta e seis meses, três anos, é o normal, mas não explicitam

de forma autónoma o conteúdo financeiro a cada ano. Nós sabemos que, por defeito, não pode exceder um terço por cada ano, não pode exceder um terço do valor global contratado. E portanto, pergunta-se ao Executivo se considera que a Assembleia tem elementos suficientes para autorizar o compromisso, de forma consciente e delimitada, tendo em conta que apresenta 50.000€, 75.000€, etc.

Em quarto lugar, a previsibilidade dos encargos plurianuais. Por que é que não é apresentada, ainda que de forma previsional, a repartição dos encargos pelos respetivos anos económicos. Nós aqui ficamos um bocadinho na dúvida, apesar de – e aqui, volto a reiterar, são despesas normais, não estamos aqui a falar de nada extraordinário.

Em quinto lugar, a fundamentação económica em comparação com a despesa nos anos anteriores. Portanto, sendo isto despesas correntes, e tratando-se de despesas comuns, há exercícios dos mandatos anteriores que poderiam ser apresentados em conjunto com a proposta. Nesse sentido, pergunta-se novamente ao Executivo se a ausência desses elementos, dos exercícios dos anos anteriores, compromete, ou não, a fundamentação desta despesa.

E por último, a escolha do procedimento. Nós sabemos que, por defeito, o concurso público – e o Presidente explicou aqui que era por razões de transparência; no entanto, nós sabemos que o concurso público é o meio mais oneroso e mais complexo de procedimento de contratação pública. Havendo a hipótese de se utilizar a consulta prévia, com consulta a três entidades, se o Executivo considera que, efetivamente, está a prestar um bom serviço à população ao onerar e ao fazer um processo que é mais moroso, mais complexo, e que pode eventualmente comprometer a própria apresentação de candidaturas, porque do lado de quem apresenta, participar num concurso público é diferente de participar numa consulta prévia, as exigências são maiores. E, infelizmente, os meios ainda nos satisfazem da forma que nós gostaríamos.

Nesse sentido, e para terminar, dizer que, novamente, bloqueio político pelo mero prazer de o fazer, não é a forma como o Partido Socialista faz política. Nem é assim, nem vai fazer. E os restantes membros da Assembleia que assim o entenderem fazer, lembrem-se que assumiram um compromisso perante os vossos eleitores, e que estão aqui a representar os Cascalenses, os fregueses da Freguesia de Cascais e Estoril.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Joana Teotónio Pereira, do Partido Socialista. Dou a palavra a Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega.

--- Duarte Abreu Loureiro (Chega) ---

Quero começar por cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, a Mesa, o Presidente da Junta, o Executivo da Junta, restante Assembleia, e os fregueses que temos todos a honra de servir.

Eu tenho dois breves pedidos de esclarecimento, e uma nota final.

O primeiro pedido de esclarecimento é perceber, obviamente, que os contratos são públicos, mas pode, depois, haver um esforço de mostrar à Assembleia todos os contratos que forem, de facto, feitos, também para a nossa fiscalização e nossa informação.

Um segundo pedido de esclarecimento tinha a ver com a Proposta n.º 50-A, a questão dos combustíveis, contratos trianuais são absolutamente normais, sobretudo na área dos seguros, e tudo o mais. Só me preocupa, na questão dos combustíveis, se há, ou não, uma previsão de tabelamento dos preços, se há uma previsão da evolução dos preços ao longo dos três anos. Isso preocupa-me um bocadinho, gostava que o Sr. Presidente pudesse esclarecer isso.

A minha nota final é, em primeiro lugar, agradecer a primeira exposição da deputada Joana, que é a primeira vez que está cá, permita-me dizer-lhe “bem-vinda”. Mas, acho que falo por todos quando digo que nós, até agora, temos tido – e também agradeço ao Sr. Presidente – temos tido uma Assembleia bastante cordial e bastante correta, e até agora não tem havido nenhum bloqueio político, por razão nenhuma. Até agora, temos estado todos muito cordiais. Mas, agradeço na mesma a sua nota, e seja muito bem-vinda.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega. Nuno Quartin, do “Cascais para Viver”.

--- Nuno Quartin (JONET) ---

Sr. Presidente, Srs. Membros do Executivo, Srs. Deputados, e restantes presentes, queridos munícipes:

Antes de entrarmos nos pontos da ordem de trabalhos, gostaria de começar por referir um aspeto que considero importante.

Nas últimas semanas, o nosso concelho foi fortemente afetado pela tempestade Kristin, uma intempérie muito violenta, que causou danos significativos a nível nacional, e também na nossa freguesia. Foram dias exigentes, que afetaram diretamente a vida dos nossos munícipes.

Enquanto eleito pelo Movimento “JONET – Cascais para Viver”, tive o dever de acompanhar de perto as preocupações das pessoas que confiaram em mim e que me contactaram diretamente, pedindo ajuda em várias situações concretas.

Quero reconhecer que graças ao diálogo institucional que tem vindo a ser construído, foi possível encaminhar estas situações junto do Executivo, e em particular do Sr. Presidente, Francisco Kreye, e verificar que houve uma resposta atenta e atempada. Quero também reconhecer o papel dos serviços existentes, como a Cascais Ambiente, que são estruturas fundamentais que desempenham um papel essencial no apoio à nossa freguesia.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Nuno Quartin, isso não está na ordem de trabalhos.

--- Nuno Quartin (JONET) ---

Era uma introdução para os restantes pontos, mas eu vou saltar, com muita pena minha.

Proposta n.º 49-A, aquisição de serviços de seguros: esta proposta prevê a abertura de concursos públicos para aquisição de serviços de um seguro, por um período de trinta e seis meses, com o valor base de 75.000€, o que corresponde a cerca de 2.800€ por mês, sabendo que é uma despesa necessária, que garante a proteção dos trabalhadores, das viaturas, dos equipamentos e da própria atividade da Junta.

Ainda assim, gostaríamos de compreender melhor alguns pontos. Quantas apólices estão incluídas neste contrato, e que tipos de coberturas abrangem? Qual o custo atual dos seguros em vigor, e qual a diferença face ao valor agora proposto? E que seguradoras ou entidades irão participar neste concurso público?

Proposta n.º 50-A, aquisição de combustíveis: esta proposta refere-se à aquisição de combustíveis para a frota da Junta, pelo período de trinta e seis meses, com o valor base de 50.000€, cerca de 1.390€ por mês. Esta é uma despesa essencial ao funcionamento operacional da Junta. Gostaríamos, no entanto, de esclarecer quantas viaturas integram atualmente a frota da Junta, se existe um registo de quilometragem e utilização dessas viaturas, e como este valor se compara com o contrato anterior.

Proposta n.º 51-A, aluguer de equipamentos multifunções: gostaríamos também de perceber quantos equipamentos estão abrangidos neste contrato, qual o volume médio de utilização, e qual o enquadramento atual destes equipamentos.

Queremos deixar claro que estas questões não significam uma Oposição de bloqueio, nem representam uma intenção de voto contra estas propostas. Reconhecemos a importância destas decisões para o funcionamento da Junta. O nosso papel é acompanhar com atenção, colocar as questões que consideramos legítimas, e contribuir de forma responsável e construtiva.

É com esse sentido de responsabilidade que hoje aqui estamos.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Nuno Quartin, do "Cascais para Viver", muito obrigado. Filipa Marques, do Livre.

--- Filipa Abraham-James (Livre) ---

Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Membros do Executivo, caros colegas da Assembleia e público presente:

Relativamente às propostas de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para abertura de concursos públicos, apresentadas aqui pelo Executivo, gostaria de deixar algumas notas.

Primeiro, mais uma vez, como já foi aqui dito, não somos força de bloqueio, são despesas correntes, e não nos opomos, e queremos é que as coisas funcionem.

Mas, tenho algumas questões que gostava de ver, se possível, esclarecidas.

Relativamente à área dos seguros, pergunto se estão contempladas as situações, por exemplo, de acidente envolvendo quedas e deslocação de equipamentos, ou árvores, ou outros elementos sob a responsabilidade da Junta de Freguesia no espaço público, e danos em propriedade privada provocados por inundação decorrente de problemas na rede de drenagem. Portanto, se isso está contemplado, ou não.

Relativamente ao fornecimento de combustível para a frota, é o que é, os carros têm de andar. Obviamente que o ideal seria haver uma transição e uma substituição gradual para veículos elétricos – aqueles que é possível, porque há equipamentos que têm de funcionar a combustão, mas nada a apontar.

Por último, e relativamente à proposta para aluguer de equipamento multifunções, o que está indicado é um preço base estimado de 50.000€ para trinta e seis meses, e isto, comparativamente com os seguros e com o combustível, eu acho que é um valor manifestamente elevado. Será que o Sr. Presidente pode fundamentar o porquê de um custo tão elevado para estes equipamentos?

Em suma, é isso, são as minhas dúvidas. Mas, são despesas correntes, e a Junta tem de funcionar.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Filipa Marques, do Partido Livre. Duarte Margarido, do Chega.

--- Duarte Rei (Chega) ---

Obrigado, Sr. Presidente da Mesa. Cumprimentar a sua Mesa, cumprimentar o Sr. Presidente da Junta e o seu Executivo, e os fregueses que nos ouvem. Boa noite.

Em relação ao Ponto n.º 51-A, e o Sr. Presidente e o Executivo irão perdoar-me pela possível mesquinhez, mas também como já foi perguntado por outros colegas aqui, gostava de perguntar em relação a esses 50.000€, como é que se chegou a esse número, e como é que foi feito este orçamento. Neste caso, estamos a falar de que equipamentos, de quantos equipamentos é que se trata neste orçamento. Isto pela simples razão de que quando se trata de dinheiro dos trabalhadores de Cascais, é sempre necessário ter o máximo cuidado na forma como o gastamos.

E por fim, gostava só de acrescentar uma questão: este contrato será um contrato para todas as necessidades da Junta de Freguesia?

É isto. Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Duarte Rei, do Partido Chega. Dou a palavra a Manuel Ramos Lopes, do PPD/PSD.

--- Manuel Ramos Lopes (PSD) ---

Cumprimento a Mesa e os membros da Assembleia de Freguesia e do Executivo.

Bom, foram colocadas aqui diversas questões. Eu só tenho uma questão a colocar, ali ao Sr. Presidente, quando falou na necessidade dos seguros, elencou diversos argumentos, a responsabilidade, e tudo, mas eu penso que estamos até, basicamente, perante apólices de seguros obrigatórios na sua quase totalidade – e penso que não referiu isso, mas estamos a falar de seguro automóvel, que é obrigatório, seguro de acidentes pessoais, provavelmente do pessoal da Junta, seguros de responsabilidade civil nas atividades desenvolvidas pela Junta. Portanto, não estamos aqui a falar de algo que seja facultativo, mas uma obrigação legal.

Eu acho que este procedimento que está aqui elencado, estas três propostas são pontos que, assumindo a Junta que são compromissos plurianuais, carecem da autorização da Assembleia para a sua contratação, que é o que estamos aqui a fazer.

Também me parece que a opção pelo concurso público é, seguramente, a opção mais transparente, porque se fosse outra a opção da Junta de Freguesia, também haveria sempre alguém que dissesse que era criticável, e que o concurso público é o mais transparente que há.

Penso que houve aqui – mas, o Sr. Presidente também poderá esclarecer – o prazo dos trinta e seis meses, deve ter a ver com a questão de haver algumas economias de escala, e também para não ultrapassar o mandato. Mas, vai-me esclarecer isso, certamente, na resposta que vai dar.

Por outro lado, era só salientar aquilo que também já foi salientado por quase todos hoje, das pessoas que falaram: não estamos a falar de despesas de investimento, nem em despesas estruturais; são despesas essenciais ao funcionamento cotidiano da Junta, são despesas correntes e absolutamente necessários.

Portanto, acho que não há problema de maior quanto à votação destes pontos.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Manuel Ramos Lopes, do PPD/PSD.

Ora, não havendo mais inscrições, se me permitem, passo a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para dar as respostas que entender às questões levantadas.

--- Presidente do Executivo ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradecer todas as questões, de enorme pertinência, e vou tentar não me esquecer de nenhuma. E, por favor, não levem a mal, é também possível que venha a responder a algumas delas, que se cruzam, e que acabam por tocar também em alguns pontos, uma vez que muitas das questões acabaram por ser comuns.

À Sra. Deputada Joana Zagury, do Partido Socialista, responder-lhe que as propostas cumprem, e relativamente às seis questões que me colocou, dizer-lhe que sobre a delimitação do objeto na proposta, este Executivo sabe que a escolha e o tipo de procedimento são da sua competência. Mas, ao referir o tipo de procedimento que pretende efetuar, quis dar nota a esta Assembleia que pretendia um procedimento que fosse concorrencial. E aqui, sim, é da competência da Assembleia a autorização para a assunção de encargos plurianuais. É isso que aqui vamos fazer, ele refere bem essa questão da competência.

Segunda questão, separação entre a autorização financeira e a decisão administrativa: eu acho que da leitura da proposta resulta evidente, torna-se evidente a tal diferenciação que também é feita entre a autorização financeira e a decisão administrativa. E aqui também toca com uma das questões feitas pelo Sr. Deputado Duarte Rei, do Chega, que refere a questão dos 50.000€. A questão de nós prevermos em concurso público um teto máximo não quer dizer que o vamos gastar; é só também uma questão que normalmente segue, e que decorre dos concursos públicos.

Relativamente à terceira questão, estrutura do pedido de autorização plurianual, e pergunta se o Executivo considera que a Assembleia dispõe, e que há elementos suficientes para autorização do compromisso, de forma consciente e delimitada. Nós somos da opinião de que as propostas contêm os elementos suficientes para obtenção de autorização destes encargos, que são plurianuais. Está identificado a que é que se destinam, ou seja, o objeto de cada proposta está claro, qual é a referência do valor global, e também estipula o prazo.

Quarta questão, previsibilidade dos encargos plurianuais, aqui era se nós sabíamos prever a previsibilidade dos encargos plurianuais, era se nós tínhamos essa noção. Aqui, nós tivemos uma maior dificuldade, na repartição destes encargos, porque ainda que de forma previsional, existe um elevado grau de incerteza dos valores anuais a associar. Por exemplo, o seguro está dependente do aumento, ou não, dos trabalhadores. Aumentos por via de sinistros, ou de combustíveis, aumento da frota, há oscilações ou não há oscilações? Ou seja, muitas vezes esta previsão não é fácil de fazer. Impressoras, aumento do parque de impressoras, ou não, ainda que não esteja totalmente definido, com o correspondente número de cópias. Portanto, há toda uma questão que é oscilante, que nos dificulta a previsibilidade dos encargos plurianuais.

Quinta, fundamentação económica e comparação com a despesa anterior: estes valores globais, admitimos a sua incerteza nas propostas, tiveram como referência procedimentos anteriores, acrescentámos não só a inflação, no caso dos seguros, como também o aumento do nível das novas coberturas, que, à partida, se pode estimar – e aqui, toca um bocadinho com a questão anterior, aumento do universo de funcionários, aumento por via de sinistros de diversa natureza, aumento da frota, impressoras.

E aqui também toca com uma intervenção do Sr. Deputado Duarte Abreu Loureiro, do Chega, procurei aqui também trazer alguns valores dos procedimentos anteriores – que, aliás, todos os contratos podem ser consultados no Base.Gov. Mas nós, a nível de seguros, no ano de 2023, 2024 e 2025, aquilo que foi gasto foi 47.320€, em combustíveis, 38.349,50€, e em multifunções – leia-se, impressoras – 37.595€.

E por isso, todo este levantamento também está efetuado, e os valores estão de acordo com isso.

Sexta e última pergunta, sobre a escolha do procedimento de contratação, vamos lá ver, este procedimento da contratação pública, na modalidade de concurso público, foi, naturalmente, como expliquei na intervenção inicial, uma opção deste Executivo, e aqui não escondo, porque claramente assumo que o clima assim o exige, o facto de nós estarmos aqui a aprovar estes contratos plurianuais também resulta de uma vontade expressa desta Assembleia, que deliberou que tudo o que fossem autorizações prévias de contratos plurianuais fossem devidamente trazidos a esta Assembleia, e considerámos – e penso que o Sr. Deputado Manuel Ramos Lopes, do PSD, referiu isso mesmo, se trouxéssemos a consulta a três entidades, era por que é que trazia aquelas três empresas, se eu estava feito com a empresa X, Y ou Z. E assim, acho que fica tudo claro e tudo transparente, e que nada pode ser apontado, referente à questão dos concursos públicos.

Relativamente às questões do Sr. Deputado Duarte Abreu Loureiro, do Chega, todos os contratos no portal Base.Gov, já referi.

Combustíveis, previsão dos custos, eles encontram-se, e acabei também de responder a essa questão. Nós não temos nenhuma previsão do aumento dos combustíveis – aliás, o comparativo aos últimos três anos até mostra... Sim, mas não tem impacto nas contas da Junta de Freguesia. No ano de 2023, 2024 e 2025, o valor manteve-se sempre estável, na mesma casa decimal – vamos chamar assim – foi 13.000€ em 2023, até desceu em 2024 e 2025. Mas, de facto, não se registou um acréscimo.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Nuno Quartin, do JONET – “Cascais para Viver”, vou também aqui agradecer as palavras relativamente à tempestade, e, de facto, estamos cá para servir.

E passo já para o assunto da ordem de trabalhos. Quantas apólices, quantas empresas, a nível de seguros, quantas empresas, aquelas que decidirem concorrer, ao nível de um concurso público. Nós não iremos interceder, não iremos limitar, não há limite para aquilo que são as empresas que podem concorrer num concurso público – podem ser duas, podem ser dez, podem ser vinte. Esse, aliás, é exatamente o ganho de escala que do concurso público podemos retirar.

Quantas apólices? Também aproveito este momento, para todas as respostas que nós não tivermos, mostrar a total disponibilidade do Executivo para que algumas delas possam ser clarificadas por escrito, e também com maior substância. Não lhe sei responder exatamente de quantas apólices estamos efetivamente a falar – e o Sr. Deputado Manuel Ramos Lopes também tocou nessa questão, essencialmente aquelas que advêm das obrigações legais, dos seguros de acidentes pessoais, dos seguros civis, ou seja, quando a Junta de Freguesia promove um evento diretamente, esses eventos têm de ter um seguro, como também para tudo aquilo que é o património edificado da Junta, e não só, frota automóvel, que são obrigatórios. Infelizmente, não somos nenhuma daquelas multinacionais, que oferecem o seguro aos trabalhadores, e que todos os trabalhadores podem desfrutar de regalias, não somos o caso, infelizmente – e digo “infelizmente”, porque seria a situação ideal, mas isso também custaria ao erário público, e entraríamos noutra tipo de discussão.

Combustível, quantas viaturas? Nós estimámos aqui por alto, depois poderemos remeter por escrito o número exato, e exatamente para que é que cada viatura neste momento serve, mas estimamos que seja na ordem das oito viaturas, desde viaturas de apoio ao espaço público e de manutenção, serviços de apoio ao cemitério, serviços de apoio aos nossos espaços seniores, todas essas viaturas estão dentro destas oito. E diga-se de passagem, uma frota automóvel bastante envelhecida, algumas delas com mais de vinte anos, e algumas centenas de milhares de quilómetros, que também importa – e para aqueles mais distraídos, também não o escondo, nós aprovámos no passado Orçamento, na última Assembleia de Freguesia ordinária, até contemplámos uma das rubricas, que era, efetivamente, para aquisição de uma viatura. O nosso objetivo é que, nestes quatro anos, progressivamente, e sem onerar aquilo que é o Orçamento da Junta, possamos renovar aquilo que é a frota automóvel, não só por uma questão ambiental e de redução de emissão de CO2, como também aquilo que neste momento gastamos em manutenção – refiro-me à oficina – com as nossas viaturas, refiro-me também àquilo que é o combustível. E muitas das vezes aqui brinquei, que devo ter sido praxado, que assim que entrei, avariaram logo três carrinhas, e foi preciso enviar exatamente tudo para a oficina, e foi assim, porque são carrinhas altamente envelhecidas, e que muitas vezes também não dão condições de segurança às nossas equipas de rua. E isso também é preciso olhar, e é preciso observar, e por isso é que também contemplámos, apesar dos desafios financeiros, de progressivamente e com responsabilidade darmos este sinal de renovação da frota, para dar as melhores condições a todos os trabalhadores, e também até por uma questão da própria imagem que queremos transmitir, da Junta de Freguesia.

Aqui, tanto o Sr. Deputado Nuno Quartin, que perguntou relativamente ao número de impressoras, à Sra. Deputada Filipa Marques, do Livre, aproveito para responder à mesma questão, que tem a ver com o custo elevado das impressoras. Srs. Deputados, eu não poderia concordar mais, não o vou esconder. Estamos a falar de uma Junta de Freguesia em que tudo funciona efetivamente a papel, não existe uma plataforma, um *software* – que são conhecidos – de gestão documental. Hoje em dia, já é possível encontrar soluções que permitam esta gestão documental, e uma plataforma informática em que a própria Junta possa funcionar de uma forma mais digital, nós estaremos muito empenhados nessa reforma. No entanto, ela é completamente impossível de fazer num espaço tão curto de tempo.

Mas, de facto, tenho de reconhecer, tem sido motivo de conversa interna, a necessidade de digitalizar mais.

Também muitas das vezes, nem tudo é responsabilidade desta Junta, e das decisões tomadas até agora. A verdade é que muitas vezes a Lei assim o obriga, de uma forma obsoleta. Vou dar-vos um exemplo: a Lei é clara na obrigatoriedade de convocar todos os membros desta Assembleia de Freguesia por carta registada com aviso de receção – todos vocês recebem aquele cartão, que depois têm de ir levantar aos correios. Então, não seria mais fácil, por uma questão de modernização administrativa e de otimização dos custos, que cada deputado pudesse optar a que a convocatória por *e-mail* seria suficiente, como, por exemplo, acontece na Assembleia Municipal? A ANAFRE é clara nisso, a Associação Nacional de Freguesias, na sua estipulação de Lei, é clara, que temos de convocar por carta registada, mesmo que todos os Srs. Deputados digam que preferem receber por *e-mail*.

E isso, de facto, depois verifica-se nas faturas, na emissão de todos os documentos, no comprovativo de documentos que me chegam, em que muitas vezes pergunto: era mesmo necessário imprimir?

E portanto, este é um trabalho que nós estamos muito comprometidos a fazer, a reduzir este custo, e que o valor, que será X, do concurso público, verifique-se que foi cotado muito em alta, e que nos próximos anos não seja, e que seja possível reduzir drasticamente este valor que é gasto com as impressoras.

A nível de número de impressoras, salvo erro – e também poderemos responder por escrito – neste momento, existe uma impressora na Junta de Cascais, na Junta do Estoril, no Bairro do Rosário e na Areia. São dez no total, pronto. Eu acho que não são tantas, mas depois poderemos remeter esse valor exato.

Relativamente à Sra. Deputada Filipa Marques, seguros, se estão contemplados todos os danos que sejam provocados em espaços privados, pelo que eu percebi, neste momento, toda a responsabilidade de qualquer dano na via pública, que resulte em propriedade privada, a Lei também é clara, a obrigação é do Município, não recai sobre a Junta de Freguesia a obrigação, a não ser que seja algo que seja do património da Junta de Freguesia. Ainda agora tivemos uma situação, também provocada pelas intempéries, que foi o muro do nosso Cemitério da Galiza, que ruiu – não ruiu ao ponto de provocar danos na via pública, mas é necessário reparar, encontra-se em risco. E aí, sim, naturalmente, é algo que nós vamos ter de reparar, e assumir esse custo.

Tudo o resto advém – e foram muitas as situações, também inversas, muitas vezes, e aí, não é pago. Ainda na Avenida da República, ali junto ao hipódromo, nesta última tempestade Marta, caem três ou quatro árvores de porte grande, de terreno privado para a via pública, um derrubou cabos de telecomunicações, e teve quase doze horas ali o corte de estrada. E nesse caso, muitas vezes não é nada imputado aos proprietários, para não falar dos danos no sistema de canalização de águas públicas, que são provocados muitas vezes pelas árvores que cada pessoa tem no seu quintal, para não falar dos prejuízos e daquilo que é a degradação da calçada pública, também de árvores de espaços privados, e de estradas, também, que

muitas vezes vamos a andar pelas estradas, a conduzir, e notamos que o alcatrão está levantado, e se repararem, a árvore mais próxima muitas vezes é dentro do quintal de alguém.

Sr. Deputado Duarte Rei, do Chega, 50.000€, já respondi. De facto, é o teto máximo, não quer dizer que o gastemos todo.

Todas as despesas, não; é possível que sejamos chamados mais uma vez a uma Assembleia de Freguesia extraordinária para algo que não se encontra dentro do prazo para conduzir a esta Assembleia de Freguesia, relativamente, por exemplo, a telecomunicações. Ainda estamos a verificar a obrigatoriedade, ou não, e se vamos estar em condições de fazer este contrato plurianual. É um dos eixos, a nível de telecomunicações, seja para as necessidades que temos, dos edifícios todos, de internet – televisões, nem por canais por cabo, penso que não temos. Aqui, neste caso, estamos apenas e só a falar de internet e de telefones.

Relativamente à última intervenção, do Sr. Deputado Manuel Ramos Lopes, do Partido Social Democrata, que estava relacionada aos seguros, exato, é aquele ponto que eu referi, que era a obrigatoriedade.

E por fim, terminando pelo início, e aquilo que também foi a intervenção da Sra. Deputada Joana Zagury, do Partido Socialista, efetivamente, foi levantado aqui um conjunto de questões, as seis perguntas delimitam muito bem aquilo que podem ser oportunidades de melhoria, no que toca a colocar mais informação na formulação destes cadernos de encargos para a elaboração de concursos públicos.

Também dar nota, e tentei fazê-lo na nota de abertura, de que este é um procedimento que seria bom que muitas Juntas o fizessem, poucas o fazem – ou muito poucas o fazem. Portanto, há aqui muitas oportunidades de melhorar no futuro. Também fica aqui o nosso compromisso, no que toca a futuros contratos plurianuais, que possamos incluir o esclarecimento de algumas das questões que aqui levantou, e poder delimitar melhor qual é que é o objeto, e, se calhar, ser um pouco mais específico.

Mas, mais uma vez reforço a urgência em aprovar estas três questões, para que a Junta possa funcionar dentro da sua normalidade, e não impacte o seu funcionamento.

Por isso, muito obrigado a todos. Obrigado, Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta.

Já tenho um pedido de palavra, da Maria João Fialho Gouveia, se faz favor, do Partido Socialista.

--- Maria João Gouveia (PS) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Junta, restante Executivo, caros colegas das várias Bancadas, e público aqui presente, muito boa noite.

Como sabem, o Partido Socialista, na primeira vez que estes pontos vieram a esta casa, votou contra, e fê-lo porque considerou que os pontos não estavam devidamente explicados e fundamentados.

Agora, porém, após as perguntas que colocámos, detalhadas, e após os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da Junta, consideramos que ficámos esclarecidos quanto às nossas dúvidas. E pedimos que, para efeito futuro, sugerimos que as propostas sejam melhor fundamentadas e redigidas de forma a permitir uma deliberação mais célere e esclarecida.

Posto isto, já agora, gostava de dizer ao Sr. Presidente que me sinto legitimada para ir fazer umas fotocópias à Junta.

E posto isto, o Partido Socialista anuncia o seu voto a favor.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Maria João Fialho Gouveia, do Partido Socialista. Dou a palavra ao Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega.

--- Duarte Abreu Loureiro (Chega) ---

Eu tinha só de refazer um pedido de clarificação, que acho que não fui claro, e dar uma nota.

Evidentemente que nem tudo pode ser especificado nestes contratos, porque é uma previsão, é um teto máximo, e tudo o mais, e nós compreendemos isso perfeitamente, mas é precisamente por não ser possível especificar tudo antes desses mesmos concursos públicos que nós achamos importante que esses contratos, sendo efetivados, sejam trazidos aqui à Assembleia, para apreciação. É isso que eu quero dizer.

Agradeço que nos tenha dito o *site* onde estão disponíveis, mas acho importante nesse sentido.

A nota que eu queria deixar, e como demonstração do respeito que temos por todos os gastos da Junta de Freguesia, é que me foi enviada uma *pen* com os documentos desta reunião, que está aqui.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Sande e Castro, do "Cascais para Viver".

--- João Sande e Castro (JONET) ---

Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas uma breve nota, que o nosso líder da Bancada, o Nuno Quartin, já disse o essencial, e naturalmente que já deu também indicação do voto da nossa Bancada, que será obviamente favorável, numa matéria que acaba, no fundo, por ter um pendor muito mais administrativo que político, que é, no fundo, o tratar de assuntos de operacionalização corrente da Junta de Freguesia, isso é, obviamente, assunto de matéria muito mais administrativa.

Política, será já mais a parte da transparência, ou menos transparência, ou mais transparência. Optou-se por um concurso, creio que fizeram bem em optar pelo concurso, até porque as empresas, neste caso particular, as empresas que irão concorrer a este tipo de serviço, serão, naturalmente, empresas com alguma dimensão – o fornecimento de combustíveis, ou o fornecimento de seguros – e portanto, não terão propriamente dificuldades administrativas, internas, procedimentais, para prepararem o seu processo de concurso.

Naturalmente, agora deixaria a sugestão, isto são contratos públicos que têm de estar no Portal Base, mas seria bom também, porque acho que transparência nunca é demais, estarem também na própria página da Junta, como seria interessante prever também que na própria página da Junta pudesse estar o convite, o início do procedimento, um alerta, uma nota sobre a abertura destes procedimentos contratuais, para que as empresas também pudessem, no próprio *site* da Junta, serem informadas sobre isso – obviamente, neste caso, e se calhar, para todos, porque também seria interessante que pudesse haver um campo no *site* da Junta em que as empresas locais pudessem se inscrever para ser consultadas para pequenos concursos de obras, ou pequenos concursos de serviços locais, seria interessante que pudesse haver no *site* da própria Junta algum campo em que empresas locais se pudessem inscrever para serem consultadas, para prestarem serviços à própria Junta de Freguesia, porque, como digo, acho que transparência nunca será demais.

E portanto, acho que fizeram bem em optar por um concurso público, e não apenas por uma mera consulta a três empresas. E portanto, acho que isso vai em nome da prossecução do interesse público. E, afinal, é isso que nos move a todos.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, João Sande e Castro, do Movimento Independente “Cascais para Viver”.

Não tenho mais ninguém a pedir a palavra. Sr. Presidente, tem alguma declaração a fazer, ou está confortável? É para encerrarmos a sessão.

--- Presidente do Executivo ---

Sr. Presidente, serei muito rápido.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Duarte Abreu Loureiro, relativamente à partilha, eu penso que, depois, também farei questão de que, nas nossas reuniões ordinárias, que decorrem no período previsto, à partida tudo irá naquilo que são as informações, e nos relatórios, e poderão consultar. Também é um processo em que vamos passar por isso pela primeira vez, considerando a estreia de muitos membros da Assembleia, mas são normalmente informações que poderão consultar nesses relatórios que são trimestrais, e que decorrem dentro do calendário daquilo que são as sessões das Assembleias de Freguesia ordinárias.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado João Sande e Castro, e o desafio de publicar estes concursos públicos no nosso *site* oficial, venho por este meio aceitar. Nós já temos um separador relativamente aos concursos, mas ele é muito específico, trata-se daquilo que são os concursos públicos de contratação de recursos humanos – de professores, de técnicos superiores, de assistentes técnicos – quando acontecem. Até poderá ver que são bastante raros, infelizmente, mas têm havido, pelo menos aconteceram em 2022, 2023, 2024 e 2025, e normalmente sobre a área da educação.

Mas, não haverá qualquer problema. Aí não estamos tão obsoletos; aí, sim, temos um bom prestador de serviços, que define o *site* ao nosso gosto, e pode destacar, e pode estar perfeitamente destacável o período em que estes concursos públicos estiverem a decorrer, para que as empresas também tenham acesso a esta informação de forma mais facilitada.

É tudo, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Penso que estamos em condições de proceder, então, ao processo de votação.

Vamos pôr à votação o **Ponto n.º 1**, Proposta 49-A – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para abertura de concurso público de aquisição de serviços na área dos seguros. Quem se manifesta contra, que se manifeste. Quem se abstém, que se manifeste. Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 2 da ordem de trabalhos, Proposta 50-A – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para abertura de concurso público de combustível para a frota da FCE. Quem se manifesta contra? Quem se manifesta com abstenção? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, Proposta 51-A – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para abertura de concurso público para aluguer de equipamento de multifunções (impressão, cópia e digitalização) para os serviços da Freguesia. Quem se manifesta contra? Quem se manifesta com abstenção? Aprovado por unanimidade.

Vou proceder à leitura da minuta da ata da nossa reunião.

Leitura da minuta da ata.

Às vinte e duas horas e quinze minutos foi lida. Quem se manifesta contra? Quem se manifesta por abstenção? Aprovada por unanimidade.

Para terminar a nossa sessão, queria agradecer-vos a vossa disponibilidade e atenção para o bom desenrolar dos trabalhos. A todos, muito obrigado.

E se não for antes, até à próxima. Muito obrigado, boa noite.

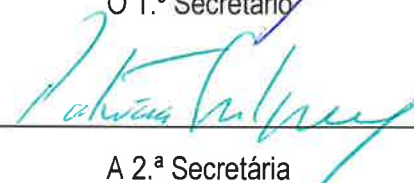
Assim, deu-se por terminada a sessão, quando eram vinte e duas horas e quinze minutos do dia 19 de fevereiro de 2026.



O Presidente da Assembleia de Freguesia



O 1.º Secretário



A 2.ª Secretária